

Acerca de D. Sebastião na Extremadura: literatura e história nas aulas de PLE*

IOLANDA OGANDO
Universidad de Extremadura

São muitas as vozes que apontam o facto de o ensino da literatura ter de apresentar constantemente justificação para a sua presença nos planos disciplinares da ‘escola’ europeia. Da pré-primária à Universidade, uma rápida análise dos planos docentes mostra a *quase obrigação* de a literatura e o seu estudo -quer sob a forma de história literária, quer sob perspectivas mais didacticamente *inovadoras*- legitimarem a sua presença em âmbitos educativos. Obviamente, e como assinalam estas mesmas vozes, esta insistência na necessidade da literatura como matéria de formação deixa entrever o questionamento de que tem sido objecto nas últimas décadas, o qual, se nem sempre tem a ver com instâncias académico-científicas, verifica-se, isso sim, na aplicação da maioria das políticas educativas reais, inclusivamente, como assinala Maria José Meira (2003: 49), dentro do ensino das línguas.

Perante este panorama e, apoiando-se na funda renovação dos estudos literários -acelerada, como não podia ser menos, por essa mesma crise, que os tinha colocado num ponto crítico de análise e legitimação-, são também muitas as vozes que têm dedicado grandes esforços a destacar e sistematizar os factores de relevo e as vantagens que reporta o ensino da literatura na formação e conformação dos nossos alunos e alunas, quer a nível académico, quer a nível social e pessoal.

Aspectos como o desenvolvimento das capacidades linguísticas e de leitura do aluno -a nível oral e escrito-, um maior conhecimento da língua que pode também ser considerada “património cultural” (Meira 2003: 51), a sua maior compreensão de outras matérias de estudo ou o apoio ‘de enqua-

* Quero expressar o meu agradecimento ao Instituto Camões, com cuja ajuda académica e investigadora através de uma bolsa de investigação, fez possível a elaboração deste artigo.

dramento' no ensino das LE -que, a nível geral, é a área que nos interessa, têm sido marcados como vantagens específicas do ensino da literatura nas aulas. Mas, para além das 'competências a desenvolver, foram também assinalados outros 'valores' como a) a abertura a 'mundos possíveis', b) o desenvolvimento da leitura no seu duplo sentido de leitura e interpretação do mundo, c) o conhecimento e contacto com valores ou *mundividências* estranhas e/ou estrangeiras e, finalmente, d) o próprio questionamento do Eu no processo de conhecimento do Outro...

Desta maneira, pensamos que a literatura representa uma óptima ferramenta/oportunidade de compreensão e explicação do mundo, sendo conscientes de que, como indicam Heintel ou Timmermann (*apud* Bredella 1989: 20 e ss.), a didáctica da literatura deve reflectir sobre o seu papel na própria configuração do homem. Não podemos portanto ficar-nos por um ensino que esqueça a relevância do literário no estudo, mesmo quando se tratar da aprendizagem de uma literatura estrangeira.

É verdade que, como se assinala na clássica revisão de Bredella, corremos o risco de deixar de ensinar literatura simplesmente pelo facto de ser literatura. No entanto, pensamos que se por um lado este risco fica diminuído pela escolha de muitos textos clássicos, sancionados já por uma tradição de estudo e canonização cultural e *nacional*, por outro, a possibilidade de analisar a literatura de uma perspectiva que não tem como eixo central a *fruição* ou a simples transmissão dos *valores para a cidadania*, não é incompatível com a presença destes mesmos valores. Muito pelo contrário, é precisamente esta interdisciplinaridade que contribui para o processo didáctico, nomeadamente em âmbitos universitários, pois legitima a leitura dos textos para além de uma alegada qualidade estética, ao transformá-los em testemunhos do seu tempo e lugar, e ainda do tempo e lugar em que são incluídos e passam a participar nessa disposição histórico-nacional que conforma os cursos de literatura tradicionais.

Aliás, não deveremos esquecer o facto do ensino deste tipo de matérias caminhar para um estatuto diferente no novo contexto de Ensino Superior na Europa, pelo que resulta de grande utilidade, no âmbito da didáctica das diferentes línguas estrangeiras do 'velho continente', descrever as directrizes comuns que estruturam a 'cartografia romântica' (Cunha 2002: 90) das suas 'literaturas nacionais'. O aluno poderá desta forma estabelecer as comparações e as diferenças entre elas mas, sobretudo, aceder culturalmente a outras linguagens, em níveis que ultrapassam a simples tradução linguística para se aproximarem da tradução intercultural.

É claro que esta posição nos obriga a uma maior atenção à sociedade de origem da literatura objecto de estudo, mas também àquela em que iremos desenvolver o nosso trabalho docente para estabelecer as tarefas e objectivos factíveis mais apropriados. Por outras palavras, e seguindo a Malte Dahrendorf (*apud* Bredella 1989: 58) é necessário fundamentarmos o ensino da literatura com uma análise inicial da sociedade em que se inscrevem os nossos discentes para, em seguida, com base nestes dados, definirmos objectivos e formas.

Desta maneira, a literatura e a história, nos seus diferentes níveis de imbricação, são instrumentos que nos apresentarão as “regras do jogo”; o “elemento empírico” necessário para o “enquadramento transcendental de um *mundo de vida*” ao conterem os “sinais simbólicos cuja interpretação nos leva a entender formas de vida e horizontes do sentido de outros” (Bredella 1989: 75), porquanto “as obras literárias possuem um carácter transcendental, visto apresentarem ao leitor uma interpretação da realidade, segundo determinadas perspectivas, tornando-a, assim, acessível a esse leitor” (*ib.* 1989: 76), característica que fundamenta a sua presença nos planos de estudo. A aula de literatura será portanto a que nos ajudará a “tornar evidente a visão do mundo contido em cada texto” (*ib.* 1989: 146).

Em conclusão, a nossa premissa é que na aprendizagem e aproximação à língua e à cultura portuguesas que pode fazer um aluno nos níveis superiores de ensino da Extremadura, também o estudo das obras literárias pode ser um instrumento de conhecimento que, para além de contribuir a nível de apropriação de um registo sociolinguístico ‘culto’, pode ajudar ao (futuro) professor de português na transmissão de diferentes aspectos que conformam o imaginário do *pais vizinho*. Por outras palavras, também Portugal se conforma (e se confirma) através do imaginário literário e de personagens *históricas* que, em muitas ocasiões, têm a ver mais na sua projecção cultural com a criação literária que com a sua realidade histórica, como de facto aconteceu com Inês de Castro ou o próprio D. Sebastião, figura que é agora o centro da nossa atenção.

SOBRE LITERATURA E HISTÓRIA NA AULA DE LITERATURA PORTUGUESA NA UEX

Neste sentido, estudar o Português como Língua Estrangeira numa Universidade como a da Extremadura supõe contar, desde já, com uma série de vantagens que ultrapassam a pura proximidade linguística. Consequentemente, os alunos espanhóis de PLE contam, de início, com relativas

facilidades na aproximação às obras literárias. E não deixa de ser importante lembrar que, tal como acontece para alunos dos níveis primário e secundário em Portugal (Fonseca 2000), também a leitura literária pode ser um factor de avanço na competência de uso da língua portuguesa para um aluno em níveis avançados do liceu, das escolas de línguas ou da universidade.

Mas é também, aliás, grande a proximidade geográfica, cultural e mesmo histórica que, para além das evidentes comunicações ‘diárias’ que permite a todos os níveis, deixa rastros históricos e literários que podem ser coordenados e utilizados em diversos âmbitos do ensino da língua e da cultura portuguesas em Extremadura. É por isso que o professor de português no sistema de ensino desta comunidade pode contar com uma grande quantidade de recursos interculturais e comuns para os alunos, elos com os que atrair e explicar as diversas *faixas* culturais que, incontornavelmente, se transmitem através da língua portuguesa.

Entre esses elementos comuns que ajudam a explicar as ligações históricas entre as diferentes regiões luso-espanholas, pode-se trazer à memória, como já dizíamos, a figura de D. Sebastião. Com efeito, esta *personagem* e a sua presença nos discursos literário e histórico têm uma grande relevância, quer como elementos mítico-configuradores da imagem que Portugal tem de si próprio, quer como matéria justificadora e criadora de parte da imagem que a partir da Espanha -onde, como iremos ver, também a Extremadura tem o seu papel- se projectou sobre o reino português e o período do reinado filipino.

A figura cultural objecto de análise está presente, pois, em obras portuguesas, entre as quais se destaca a perspectiva que sobre ela se estabelece em várias das obras de Garrett, nomeadamente no clássico *Frei Luís de Sousa* (1844) -um dos padrões canónicos do Romantismo e, em geral, de toda a história da literatura portuguesa-; mas também noutras, entre as quais poderíamos lembrar a peça menos conhecida *As profecias do Bandarra* (1848), que retoma o mito sebastianista como um dos motores da acção ficcional, embora de uma perspectiva muito diferente, devido, entre outras coisas, ao diferente tratamento genérico, sendo aquele um drama histórico, ainda com vocação de tragédia, e esta uma comédia *de actualidade* com presença da história como constituinte cultural.

Por outro lado, a figura sebastianista aparece também *protagonizando* obras de ‘origem estremenha’, como a intitulada *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal (1576-1577)* de Antonio Rodríguez Moñino, tratado histórico publicado em 1956 e que descreve a viagem que, com efeito, fez o rei português ao mosteiro de Guadalupe em finais de 1576 para se encontrar

com o seu tio Felipe II. Sem podermos aproximar as obras pelo seu carácter literário, podemos no entanto compará-las pela união que do discurso literário e histórico fazem para atingir objectivos -quer dizer, imagens constituintes-diferentes. É claro que na aula de literatura não nos iremos ocupar dos aspectos históricos que aparecem na obra do autor estremenho, mas sim do facto de a história ser um discurso que compartilha elementos como a descrição, a focalização e, em geral, todo o processo de selecção e perspectiva que cria uma visão diferente da mesma figura histórica e que, desta maneira, nos ajuda a compreender também as ideias e objectivos que subjaziam à criação garrettiana.

Uma análise da presença de D. Sebastião nestes dois autores, embora afastados por mais de um século, pode ajudar-nos a explicar a relevância que a figura e a *lenda* que sobre ela se criou nos séculos posteriores em Portugal e ainda em Espanha, através da descrição de uma viagem feita pelas terras estremenhas, que sem dúvida irão reconhecer. Pensamos que se pode cumprir assim a afirmação que há já três décadas fez Lothar Bredella a propósito da pertinência da presença da literatura no ensino:

“O estudo das obras literárias sempre constituiu o melhor exemplo da forma como as pessoas se decidem, de forma diversa, face aos acontecimentos externos, devido aos seus diferentes horizontes de motivação. É por isso que a interpretação de obras literárias pode desenvolver a sensibilidade para a percepção dessas relações” (1989: 129).

GARRETT, O PEDAGOGO DA NAÇÃO

O estudo de toda a obra de Almeida Garrett oferece grande interesse para um estudioso da língua e da cultura portuguesas. Não só por a actividade deste escritor constituir uma das mais relevantes e influentes do panorama intelectual português, mas por abranger, nas palavras de Vieira Pimentel, “uma activa participação em diversos frentes – da política à educação, do jornalismo à história, da língua às tradições, da arte em geral às literaturas culta e popular” (2001: 94).

Mas também na biografia intelectual garrettiana nos interessa a sua tentativa de renovação da literatura em todas as suas facetas, posto que “para Garrett, criar o autor é criar tudo quanto o cria a ele: os leitores, os públicos, a nova ideia de literatura, as instituições que lhes correspondam” (Vieira Pimentel 2001: 106). Afinal a totalidade da obra Garrett, da criação à teoria,

passando pelas doutrinas e o trabalho crítico, tende a “contribuir para a realização de uma sociedade em embrião; uma sociedade nova, apartada de normas e modelos apriorísticos rígidos, sobremodo dependente da acção e da vontade do homem do século” (Vieira Pimentel 2001: 111).

E se a preocupação garrettiana abarca as diversas instâncias do polissistema literário português, destaca-se por cima de tudo a sua basilar *afirmação literária* do teatro, através do cultivo dos mais diversos géneros e temas.

O TEATRO (HISTÓRICO) DE GARRETT COMO ARMA CARREGADA DE SIGNIFICADO

É sabido que o teatro teve uma relevância privilegiada nos processos de construção e organização social, em parte graças a ser o meio de transmissão oral e colectiva que permite (re)criar e (re)actualizar diferentes elementos do imaginário colectivo.

A análise de uma peça teatral de qualquer autor português pressupõe sempre a possibilidade de conhecer uma grande quantidade de dados sobre o Portugal passado, sobre as suas concepções da vida vistas através dos olhos privilegiados do escritor. Mas este exame implica também a possibilidade de observar, nomeadamente a partir do Romantismo, as imagens veiculadas através dos diálogos das diferentes peças que vão subindo à cena e, ainda, daquelas que ficam sem estreia, mas que nos ajudam a definir e enquadrar os interesses e pensamento do autor.

Neste sentido, ganham importância as peças de teatro histórico, género fundamental e fundacional do teatro europeu de todas as nações durante o século XIX. Foi já apontado por vários autores que este subgénero dramático tem uma dupla capacidade de significação simbólica. Ruiz Ramón (1988: 22) explica os mecanismos que permitem a comunicação de um significado que configura o presente através do passado. Em opinião deste autor estabelece essa relação através de chaves “polissémicas” e “polissemânticas” que conseguem que o assunto signifique, “literal y simbólicamente en el proceso de recepción de su sentido”. Desta maneira, o drama histórico permite que tanto na produção como na recepção se estabeleçam “nuevas relaciones significativas entre pasado y presente capaces de alterar el sentido tanto el uno como del otro, así como del uno por el otro” (1988: 22).

São vários os autores que apontam ao facto de se possibilitar deste modo a reafirmação ou a negação de uma visão histórica, política e social dominan-

te ou marginal. Juan Villegas sublinha o facto de este tipo de teatro “construir un pasado funcional a los fundamentos ideológicos y culturales de los sectores culturales fundadores o productores del discurso” (1999: 233). E ainda insiste no alcance político do teatro histórico:

Como todo discurso, el discurso teatral histórico construye un imaginario social que legitima un sistema social o desconstruye el imaginario social dominante con el fin de proponer un imaginario que lo sustituya. De este modo, legitima el imaginario social sustentador del texto, el cual, a su vez, legitima el sistema de valores o la ideología del grupo del emisor del discurso (Villegas 1999: 235).

O teatro histórico aparece desta maneira carregado de símbolos significativos que agem sobre vários níveis de construção cultural da época em que se produz e, graças a isso, vem carregado de significados para o trabalho e a reflexão com e para a o aluno: mais um caminho de conhecimento da cultura de que se aproxima quando estuda Português Língua Estrangeira e, nomeadamente, quando aspira a ser um especialista na docência ou na investigação nessa língua. Com efeito, também em Portugal são muitas as peças de teatro histórico que, desde o trabalho fundacional¹ de Almeida Garrett, serão publicadas e/ou estreadas no palco que se constrói como nacional. E, como já se pode ver, a figura e a obra de Almeida Garrett, enquanto iniciador do ‘teatro literário moderno’ em Portugal, é de grande relevância, já que esta ‘fundação’ é realizada com um conjunto de obras em que predominam as de carácter histórico, nomeadamente as que retomam personagens e factos procedentes da nova *história nacional*.

LITERATURA DRAMÁTICA E HISTÓRIA COMO REPRESENTAÇÃO DA NAÇÃO PORTUGUESA

Se o teatro histórico reflecte mais o mundo do dramaturgo que o mundo passado recriado na ficção (Ogando 2004: 50 e 86), é indubitável que a análise

¹ Lembremos que para além de ser o seu poema *Camões* considerado fito inaugural da nova literatura portuguesa pelos historiadores da literatura posteriores, o próprio autor aponta a que “a índole deste poema é absolutamente nova” (I: 194), afirmação que ultrapassa, é claro, o “narcisismo” e ainda a filiação romântica que lhe aponta Massaud Moisés (2000: 136), e alcança a renovação / fundamentação nacional que substentará toda a produção literário-cultural de Almeida Garrett.

das peças históricas de Garrett nos serve para apresentar vários aspectos culturais aos nossos alunos que têm a ver, mas não só, com a actividade garrettiana e que vão da língua à concepção do teatro, do desenvolvimento da actividade cénica à introdução das ideias românticas e liberais no Portugal da primeira metade do século XIX. No entanto, não fica por aqui a informação encontrada numa peça histórica, uma vez que, ao unir a sua carga ideológica como género à da carga simbólica da história que estrutura a sua ficção, este subgénero põe à disposição dois instrumentos fundamentais na construção das novas nações da Europa do séc. XIX, como acontece também em Portugal.

No transcurso das últimas décadas, diversos autores como Hobsbawm, Anderson, Mainer, Aguiar e Silva, Sommer ou Casanova têm apontado a participação da literatura na constituição da nação. No âmbito de estudos portugueses destaca-se o de Carlos Manuel Ferreira da Cunha que, se por um lado lembra que “a literatura nacional é um produto do nacionalismo cultural do século XIX, à semelhança do próprio conceito da história nacional” (2002: 49), assinala também que

No conceito de literatura nacional enfeixam-se elementos pertencentes a áreas discursivas diferentes e resultantes de uma conjuntura histórica inovadora, pois o nascimento e afirmação do pensamento histórico articula-se fortemente com a emergência dos Estados-nação modernos, a difusão dos ideais da Revolução Francesa e a concepção romântica da literatura que, desde Herder, associa à pátria a língua e à cultura nacionais (...) Na Europa, as literaturas nacionais e as respectivas histórias literárias nascem assim ao serviço dos Estados-nação, numa forte articulação entre as tradições nacionais e as aspirações de independência e/ou de afirmação do terceiro estado² (2002: 50-51).

Na realidade, e como este mesmo autor aponta seguindo a Anne Marie Thiesse, a formação nacional foi preparada -e daí ser também mais facilmente espalhada- “pela criação cultural das identidades nacionais (que serviu de suporte à consciência colectiva da nacionalidade), numa actividade conjunta de escritores, artistas e eruditos, que elaboraram os patrimónios culturais e simbólicos nacionais (língua, historiografia, monumentos históricos, folclo-

² Itálicas nossas.

re). Esta *check-list* identitária (Thiesse 1999: 14) estará presente de diversos modos na criação de uma das fórmulas literárias e cénicas de mais êxito do século XIX: o denominado ‘drama histórico’, subgénero que vem quase constituir a totalidade do género teatral em países como a França e que ocupa grande parte da produção nas restantes *novas* nações da Europa.

Com efeito, vários críticos concretizam no teatro histórico um dos instrumentos conformadores da nova (*imaginada* no clássico termo de Benedict Anderson) comunidade nacional. Anne Marie Thiesse (1999: 139 e ss.) descreve o papel decisivo na didáctica da nação, quer pela sua construção de um modelo de língua oral, quer pela sua constituição de modelos históricos representativos dos novos valores nacionais, que são lidos “à la lumière de l’actualité”; processo este, como se sabe, ressignificador que torna os diálogos “déclarations politiques” e consegue “transformer les représentations en meetings houleux” (Thiesse 1999: 140).

Desta maneira, também neste sentido é muito útil determo-nos na análise da obra teatral de carácter histórico de Almeida Garrett porquanto inclui elementos históricos da nação portuguesa e, o que é mais importante, os elementos mitificadores da história e, portanto, os padrões do sentimento nacional. E deveremos apontar ainda -concordando com Ana Isabel de Vasconcelos (2003: 122) que a maioria da população alvo das peças garrettianas não conheceria vários dos factos ou personagens recriados- que as situações e figuras são tanto aquelas que partilha com o conhecimento geral do seu público receptor, quanto aqueles que quer conscientemente reivindicar e transmitir na missão didáctico-nacional que subjaz a toda a sua actividade teatral.

Seja como for, o teatro de Garrett aparece nesta esfera nacional como o primeiro alicerce de uma nova concepção de Portugal e do mundo que, como bom herdeiro que ainda é³ da revolução romântica, continua a explicar alguns traços do Portugal do século XXI.

D. SEBASTIÃO EM GARRETT E RODRÍGUEZ-MOÑINO

É certamente curioso vir a estabelecer um exercício de comparação entre uma obra teatral da literatura portuguesa -ainda com presença da história como elemento constitutivo ou temático-, e um tratado histórico espanhol.

³ Ao igual que o resto das nações europeias.

Para além daquela inicial distinção aristotélica, também ela fundacional, que colocava a verdade literária acima da histórica, contaremos no século XXI com a ideia corrente entre os nossos alunos de que, se a literatura corresponde à ficção, a história corresponde à verdade. Obviamente, esta será a primeira consideração com que deveremos trabalhar na aula. No nosso caso, e como já explicámos, será a união destes dois discursos um dos primeiros traços legitimadores da nossa aproximação.

Mas existe nelas sem dúvida um factor de adesão histórico-cultural que deriva das vicissitudes da história das relações luso-espanholas e cujo levantamento poderá ser feito perante os nossos alunos, através de uma análise comparada que complemente o estudo ou a leitura do canónico *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett na aula de Literatura Portuguesa.

Nesta peça, a ficção corresponde a uma escolha que Garrett baseia na verdade que *a poesia legou à história*, como ele próprio indica na sua “Memória ao Conservatório Real”. Estamos, pois, perante uma “criação de um mundo possível de acontecimentos com base histórico-factual, mas superiormente regido pelas potencialidades modeladoras e cognoscitivas do poético-literário” (Vieira Pimentel 2001: 109). Assim, a ausência constantemente presente da figura sebastianista é um elemento central na constituição da intriga, transformando-se em símbolo ambíguo, ao mesmo tempo, da decadência e da esperança para a nação portuguesa. Em palavras de Vieira Pimentel:

quando este [Wolfgang Kayser] afirma que o regresso de D. Sebastião, por interposta pessoa, é “um anti-regresso” mas (...) diminui o alcance da retirada de Manuel de Sousa Coutinho. É que este se retira do mundo para renascer das cinzas, para surgir metamorfoseado em Frei Luís de Sousa, o grande cultor da Língua [e da história] portuguesa (2001: 99).

Concordamos com este autor quanto à ideia de que a figura sebastianista em *Frei Luís de Sousa*, mais do que representar apenas uma queda da nação, resultou ser também na concepção garrettiana a origem da nova nação. Ultrapassando a admiração incondicional devotada à figura do rei desaparecido por Maria e o aio Telmo -primeiro factor da posterior identificação D. João de Castro/D. Sebastião-, a oposição estabelecida entre o mesmo D. João de Castro -o *D. Sebastião interposto*- e D. Manuel de Sousa Coutinho desemboca na base que simboliza o renascimento da nação portuguesa a partir dos elementos constitutivos do imaginário popular.

Como já dissemos, perante esta visão ambígua e recreadora de Almeida Garrett, podemos colocar, a reconstrução que Rodríguez Moñino realiza da

figura do mesmo rei a partir dos documentos, nomeadamente coetâneos e espanhóis, que foram redigidos por ocasião da visita que D. Sebastião fez ao mosteiro de Guadalupe, na Extremadura, para se encontrar com o tio, Felipe II, que viria ser rei de Portugal a partir de 1580.

No nosso âmbito de trabalho e estudo, esta análise comparada do *Frei Luís de Sousa* com o *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal* apresenta-nos, desde já, duas vantagens didácticas excelentes: 1.-confrontar o tratamento histórico das personagens com o tratamento literário e, portanto, as diferenças formais e pragmáticas de ambos discursos; e 2.-confrontar os respectivos tratamentos do discurso literário e do discurso histórico e as suas possibilidades de mistura, na procura de diversos objectivos e públicos.

Mas consideramos que a confrontação ultrapassa o primeiro nível de oposição entre a verdade histórica e a ficção literária, para deixar transparecer a oposição entre a visão proveniente do campo intelectual espanhol e a do campo português. Assim, no *Frei Luís de Sousa* a ausência que marca a omnipresença do rei desaparecido, como já foi dito, deixa transparecer nobres razões que se reflectem na própria dignidade do Romeiro que regressa de Alcácer Quibir, numa tentativa que, acima da inicial oposição entre personagens, une as vontades da maioria dos portugueses: das classes populares às nobres, das personagens novas às idosas, de D. João de Castro a Manuel de Sousa Coutinho..., e os opõe aos espanhóis, de quem foge este último até ao ponto de atear o incêndio com que destrói a sua casa.

Frente à dignidade e majestade intuídas na figura filo-sebastianista de Garrett, repare-se neste trecho do tratado de Rodríguez-Moñino -um entre muitos- que caracteriza o mesmo rei, mas de uma perspectiva muito diversa, quase contrária:

nació con lágrimas de vasallos, crióse con discordia de parientes y fue servido con envidia de privados que le aconsejaban más, según el grande ánimo que en él veían, que según la prudencia que era menester para un real entendimento.

Y así, creyéndose providencial, estando en la firme convicción de que sus imaginaciones y proyectos debían ser obligatorios para los demás, teniendo la seguridad de que no eran súbditos para dirigir sino soldados para mandar, los ciudadanos que constituían su Estado, lógicamente pensó Don Sebastián lo que en su niñez han pensado siempre los hombres: fantasías, heroicas conquistas, grandes empresas guerreras que

le sirviesen de pedestal sobre el cual asentar sólidamente la gigantesca estatua de una gloria a la cual estaba llamado de lo alto. (...)

El ánimo juvenil, presto y aparejado para todas las moldeaduras y sugerencias extrañas, en cuanto éstas llevasen un derrotero paralelo al de las prematuras pero desarrolladas aficiones, tal vez fue engolosinándose con la perspectiva de poder un día coronarse Emperador de aquellos remotos países de China y Japón, a la sazón sólo tocados por jesuitas hispano-portugueses. Tal vez las Relaciones y Cartas de los Padres de la Compañía, leídas como al descuido por el privado Martín de la Cámara, fuesen minando el casi infantil cerebro y dejando en él la honda huella de un surco bien profundizado. (1956: 13-14)⁴

Será patente para qualquer leitor que, além da verdade e da ficção, é visível uma diferente intencionalidade no tratamento da mesma figura, com resultados muito diversos. Enquanto na literatura garrettiana, como vimos, se destaca a sua nobreza ausente, que infelizmente coloca o reino em mãos dos espanhóis, a quem também se opõe D. Manuel de Sousa Coutinho; na obra de Rodríguez-Moñino, D. Sebastião caracteriza-se pela sua proximidade da loucura e do capricho, caracterizando-o o autor quase como um doente infantil, traços que ficam mais claros frente à majestade do rei espanhol, sábio e adulto que “no vino al mundo con terror de súbditos y miedo de mujeres. Fué su educación sabiamente cuidada. Se le acostumbró a gobernar, no a imaginar empresas temerarias” (Rodríguez-Moñino 1956: 13).

É obvio que para o historiador espanhol não suscita a mesma admiração nem comporta as mesmas conotações que Almeida Garrett utilizava na sua construção literária. Mas, para além da diferença de interesse, por não ter a mesma relevância na *história nacional* em que se insere⁵, a comparação estabelecida entre os dois reis vem, na obra do historiador estremenho, caracterizar, embora de forma implícita, a futura *união* ibérica: o domínio filipino do reino português, que fica deste modo legitimado, ao ter sido provocado pela doídice de um rei a quem toda a sua corte de nobres não pôde ou não quis

⁴ Esperamos que o significativo deste texto na nossa análise desculpe a sua longa extensão.

⁵ E, de facto, a motivação inicial deste tratado reside na viagem à Extremadura, região pertencente à nação que -como é, aliás, corrente em grande parte dos tratados históricos a partir do século XIX - justifica o interesse do historiador estremenho.

fazer desistir do seu intento. Em opinião de Rodríguez-Moñino, frente a eles estaria o justo, digno e topicamente sóbrio rei espanhol que, se por um lado teria sido um dos maiores opositores à empresa africana do sobrinho, sem, no entanto, ser capaz de convencer um doido; por outro, teria demonstrado maior capacidade de governo. Conclui-se, portanto, que já se ia preparando o caminho para o domínio histórico de Espanha -talvez adulta, sóbria e séria como Filipe II?- em Portugal (talvez perdido, inexperiente e endoidecido como Sebastião?). Sabe-se lá... mas intui-se.

PARA CONCLUIR

Desta maneira, podemos verificar com os nossos alunos como, através da caracterização que se desenha na obra extremeña, se constrói uma imagem completamente diferente -não quer dizer que mais ou menos verdadeira, mas no mínimo muito diferente-, que pode ser explicada através do enquadramento das obras de onde procede. É claro que o enquadramento da obra de origem explicar-lhes-á algumas das razões da divergência caracterizadora dos autores: diferenças genéricas, cronológicas, *nacionais*...

Mas, se a origem explica a forma, a forma também explica a origem. Por outras palavras, a comparação estabelecida entre as duas obras pode-nos ajudar também a conhecer e explicar precisamente o contexto que as gera e, em última análise, as gere.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (2003): *1^{as} Jornadas de Língua e Cultura Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Língua e Cultura Portuguesa-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARBAS, Helena (1994): *Almeida Garrett. O Trovador Moderno*. Lisboa: Edições Salamandra.
- BREDELLA, Lothar (1989): *Introdução à didáctica da literatura*. Tradução de AAVV. Lisboa: Dom Quixote.
- BRONCKART, J. P. (1997): "Le texte comme lieu d'articulation de la didactique de la langue et de la didactique de la littérature", in Cantero / Mendoza

- / Romea (eds.), *Didáctica de la lengua y la literatura para una sociedad plurilingüe del siglo XXI*. Barcelona: Universitat de Barcelona: 13-23.
- Camões. *Revista de Letras e Culturais Lusófonas*, 4. Número monográfico: “Almeida Garrett”, Janeiro-Março 1999.
- CANTERO, Fco. José / MENDOZA, Antonio / ROMEA, Celia (eds.) (1997): *Didáctica de la lengua y la literatura para una sociedad plurilingüe del siglo XXI*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (2002): *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos / Universidade do Minho.
- Discursos. Estudos de língua e cultura portuguesa*, 13. Número monográfico: “Literatura, nacionalismos, identidade”, Outubro 1996.
- FONSECA, Fernanda Irene (2000): “Da inseparabilidade entre o ensino da língua e o ensino da literatura”, in Carlos Reis et al (orgs.), *Didáctica da língua e da literatura*, vol. I. Coimbra: Almedina / ILLP Faculdade de Letras: 37-45.
- GARRETT, J. B. L. de Almeida (s/d): *Obras completas*. Porto: Lello & Irmão.
- Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Número monográfico: “Almeida Garrett”, Primavera 1999.
- LEPECKI, Maria Lúcia (1999): “Capacidades e competências de leitura”, in Cristina Mello (coord.), *I Jornadas Científico-pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina: 247-256.
- MACEDO, Hélder (1999): “Garrett no romantismo europeu”, in *Leituras* 4 (Primavera 1999): 35-41.
- MEIRA, Maria José (2003): “O ensino da Literatura Portuguesa a estrangeiros: espaço para uma reflexão em torno da língua e da cultura portuguesa”, in AAVV, *1^{as} Jornadas de Língua e Cultura Portuguesa*. Lisboa: Departamento de Língua e Cultura Portuguesa-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa : 49-53.
- MELLO, Cristina (coord.) (1999): *I Jornadas Científico-pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina.
- MELLO, Cristina (1999): “Leitura e memória literária”, in Cristina Mello (coord.), *I Jornadas Científico-pedagógicas de Português*. Coimbra: Almedina: 219-228.

- MOISÉS, Massaud (2000): *As estéticas literárias em Portugal*. Vol. II. *Séculos XVIII e XIX*. Lisboa: Caminho.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva (1999): “Garrett. Romantismo e Modernidade”, in *Camões 4* (Janeiro-Março 1999): 20-31.
- OGANDO, Iolanda: *Teatro histórico: construcción dramática e construcción nacional*. A Coruña, Biblioteca-Arquivo Francisco Pillado Mayor, 2004.
- PARKINSON, Brian / REID THOMAS, Helen (2000): *Teaching Literature in a Second Language*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- PIMENTEL, F. J. Vieira (2001): *Literatura Portuguesa e modernidade. Teoria, Crítica, Ensino*. Braga: Angelus Novus.
- REIS, Carlos et al. (orgs.) (2000): *Didáctica da língua e da literatura*. Coimbra: Almedina / ILLP Faculdade de Letras.
- ROCHA, André Crabbé (1954): *O teatro de Garrett*. Coimbra: [s/e].
- RODRÍGUEZ-MOÑINO, Antonio (1956): *Viaje a España del Rey Don Sebastián de Portugal (1576-1577)*. Valencia: Editorial Castalia.
- RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, María (coord.) (2002): *Interculturalidad*. Colección Forma-Formación de Formadores. Alcobendas: Sociedad General Española de Librería.
- RUIZ RAMÓN, Francisco (1988b): “Pasado/presente en el drama histórico”, in *Estreno*, XIV.1: 22-23.
- THIESSE, Anne-Marie (1999): *La création des identités nationales*. Paris: Seuil.
- VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de (2003): *O drama histórico português do século XIX (1836-1856)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VILLEGAS, Juan (1999): “El teatro histórico latinoamericano como discurso e instrumento de apropiación de la historia”, en Romera Castillo / Gutiérrez Carbajo: *Teatro histórico (1975-1998)*. Madrid: Visor de Libros: 233-249.